

Ata n.º 2

Ao oitavo dia do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e dois, realizou-se, pelas 14h30, na sala C3 da Escola Básica André Resende - Agrupamento de Escolas Gabriel Pereira, a segunda reunião ordinária do Conselho Municipal de Educação, com a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

Ponto um: Aprovação da Ata da reunião anterior; -----

Ponto dois: Intervenção do Diretor do Agrupamento de Escolas Gabriel Pereira; -----

Ponto três: Apresentação do trabalho da CPCJ; -----

Ponto quatro: PEL - Projeto Educativo Local: conhecimento dos projetos e ações educativas municipais em curso; -----

Ponto cinco: Intervenções no Parque Escolar; -----

Ponto seis: Ponto de situação da Comissão Técnica de Acompanhamento da Transferência de Competências; -----

Ponto sete: Informação sobre o Funcionamento do Sistema Educativo;

Ponto oito: Outros assuntos. -----

Foi convidada a participar nesta reunião a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Évora. ----

O vice-presidente e vereador do Pelouro da Educação, Alexandre Varela, na qualidade de presidente do Conselho Municipal de Educação, saudou e agradeceu aos conselheiros e conselheiras a sua presença. Agradeceu a disponibilização da sala e dos recursos para realização da 2.ª reunião do mandato ao Sr. Diretor do Agrupamento de Escolas Gabriel Pereira, Eng.º Fernando Farinha Martins, acrescentando que podermos visitar os agrupamentos de escolas e conhecer as suas práticas e experiências será uma metodologia que se pretende seguir ao longo do mandato. -----

Seguidamente o vice-presidente e vereador do Pelouro da Educação, Alexandre Varela, deu início à Ordem de Trabalhos definida para a reunião. -----

No Ponto Um da Ordem de Trabalhos, a ata da reunião anterior, que havia sido previamente enviada por correio eletrónico, foi colocada a aprovação, tendo sido aprovada por unanimidade. -----

Passando ao Ponto Dois, o presidente do Conselho deu a palavra ao Eng.º Fernando Farinha Martins, que cumprimentou os presentes, demonstrando muito agrado com a presença de todos. -----

O Sr. Diretor do AEGP passou a uma breve apresentação do agrupamento de escolas, dizendo que os mega agrupamentos, sendo uma solução economicamente viável, trazem uma série de novos desafios, novas necessidades e competências, tendo vindo a ser feito um trabalho muito duro nesta matéria. O

AEGP tem 10 estruturas escolares: a escola sede na Escola Secundária Gabriel Pereira; a Escola Básica André de Resende; cinco escolas de 1.º CEB na cidade de Évora num raio de 2 km, que são a Escola Básica do Bairro da Comenda, Escola Básica do Bairro da Câmara, Escola Básica do Chafariz D'EL Rei, Escola Básica do Rossio e Escola Básica da Avenida Heróis do Ultramar; uma escola de 1.º CEB e Jardim de Infância na Vendinha a 37 km; e dois Jardins de Infância na cidade de Évora, que são o Jardim de Infância Garcia de Resende e o Jardim de Infância do Bairro de Santo António. Por questões estratégicas em 2014 e por decisão do Sr. Diretor do agrupamento de escolas, o 9.º ano incluído no 3.º CEB passou da Escola Básica André de Resende para a Escola Secundária Gabriel Pereira. -----

O Projeto Educativo 2022-2025 do AEGP baseia-se em quatro eixos estratégicos: liderança, gestão e autonomia; cultura organizacional; qualidade do serviço educativo; relação da escola com a comunidade. O AEGP oferece praticamente todas as áreas: educação pré-escolar, o ensino básico geral, têm uma turma PIEF com várias valências ligadas à jardinagem, às artes e à eletromecânica, os cursos científico-humanísticos no ensino secundário (artes visuais, ciências e tecnologia, ciências socioeconómicas e línguas e humanidades), os cursos profissionais, o Centro Qualifica (RVCC-reconhecimento, validação e certificação de competências), a Educação e Formação de Adultos (EFA) e o Português Língua de Acolhimento (PLA). Neste momento, o AEGP tem vários cursos profissionais como a Eletromecânica, Aeronaves e Informática, que estão solidificados. O AEGP tem atualmente o curso profissional de Farmácia no 10.º e 12.º anos, tendo algum sucesso, tem um curso profissional de Cozinha no 11.º ano com 7/8 alunos, tendo sido criado um pouco pela necessidade de aproveitarem e poderem recuperar a cozinha do edifício antigo da escola André de Resende. -----

O Sr. Diretor do AEGP apresentou um quadro geral relativamente ao número de alunos dos últimos três anos, referindo que em termos de alunos regulares aproximam-se dos cerca de 2500 alunos, mas se for também considerado o conjunto dos alunos que frequentam o ensino noturno e o Centro Qualifica são cerca de 2800 alunos. Em relação ao pessoal docente, o AEGP tem cerca de 283 professores e pessoal não docente tem 124 funcionários. Atualmente, o AEGP tem 251 alunos estrangeiros (brasileiros, ucranianos, marroquinos,...) verificando-se um grande acréscimo relativamente ao ano passado, em que tiveram 178 alunos estrangeiros. Apesar da população muito diversas e com um peso significativo, o AEGP tem feito a sua integração com uma grande normalidade. O AEGP tem um departamento/secção de acompanhamento e integração de todos os alunos migrantes e todos os alunos, designadamente do ensino profissional de fora de Évora. -----

Segundo o Sr. Diretor foram criadas várias medidas de promoção do sucesso escolar e da inclusão no AEGP, das quais citou algumas: -----

- Academias UBUNTU (programa de educação não formal). -----

- Mentorias - Têm a funcionar no ensino secundário mentorias, ou seja, alunos mais avançados de 11.º e 12.º anos que dão apoios a alunos de outros anos de escolaridade. -----
- As Academias de 9.º, 11.º e 12.º anos foram criadas em 2014, em altura de crise, e os alunos com mais dificuldades económicas não tinham saídas para complementar a sua formação. Criou-se esta medida que é mais ou menos uma explicação dentro da escola, dada por um professor diferente do professor da disciplina. As Academias visam melhorar a prestação dos alunos do 9.º, 11.º e 12.º anos nas diversas disciplinas com exame nacional. -----
- Plano Nacional de Promoção do Sucesso Escolar que assenta em seis medidas: 1.Tutoria - Promoção de comportamentos assertivos "Ajudar a Crescer"; 2.Prevenção de comportamentos pouco assertivos "Prevenir Educando"; 3.Trabalho Colaborativo "Investir para melhorar"; 4.Apoio Educativo/Constituição temporária de grupos de alunos: "Desafios de Sucesso"; 5.Equipas Educativas - Criação de Grupos de Homogeneidade "Caminhos do Sucesso"; 6.Criação de Grupos de Homogeneidade Relativa "Desafios de Sucesso". -----
- Grupo de promoção e mediação da disciplina. Equipa com 3/4 professores e 1 psicólogo que acompanham as situações que vão ocorrendo nas escolas. -----
- Desde há 5/6 anos, depois de um diagnóstico inicial aperceberam-se que o 1.º CEB estava a precisar de um impulso. Tomaram uma série de medidas, desde coadjuvações, introdução das expressões, inglês, jogos matemáticos, programação e robótica. -----
- Investimento no ensino profissional/coadjuvações. -----
- Oficinas de escrita e atelier de ciências experimentais no 2.º CEB. -----
- Português Língua Materna, uma necessidade devido aos muitos alunos estrangeiros. -----
- Programa de integração de alunos de etnia cigana. -----
- Desporto Escolar. -----
- Clube Sobre Rodas – o AEGP já comprou 5/6 bicicletas e encontram-se a aguardar que as bicicletas promovidas pelo Ministério sejam entregues. -----
- Clubes de Ciência Viva, Clube do Azulejo e Mosaico, Clube de Gravura, Clube de Fotografia. -----
- Atribuído Selo de Conformidade EQAVET à Escola Secundária Gabriel Pereira – certificação da qualidade do Ensino Profissional. -----
- Programa Erasmus + em que foi atribuída a cotação máxima em dois programas, quer para o ensino profissional quer para o ensino regular. Internacionalização do AEGP. -----

- Foram Eco-Agrupamento, o que significa que todas as escolas cumpriram com os requisitos para serem Eco-Escolas. -----
- Escola sem Bullying: este ano começaram a trabalhar a questão do Bullying e pós-pandemia. Após 2 anos de pandemia, os alunos perderam qualidade de relacionamento interpares e com os próprios adultos e aumentaram os conflitos. -----
- Plano Nacional das Artes (PNA) -----
- Plano Nacional do Cinema (PNC) -----
- Grupo de Teatro -----
- Jornal trimestral PASKIM -----
- Acordo entre o AEGP e empresas tecnológicas que será retomado este ano. Foi feito antes da pandemia, trata-se de os alunos do 8.º ano, e eventualmente os alunos do 1.º CEB, irem às empresas e desenvolverem um projeto, atingirem um produto e no final do ano ser feita uma apresentação pública do projeto. -----
- Grupo de Voluntariado -----
- + Vale Prevenir: uma atividade/programa do Tribunal de Contas contra a corrupção. -----
- Férias Escolares: projeto-piloto realizado no ano passado. Criaram-se dois grupos, um do 1.º CEB e outro do 2.º CEB, cada um com 12 alunos, sob orientação de professores, que foram retirados das vigilâncias das provas e das matrículas, com várias atividades entre a última semana de junho e a 3.ª semana de julho. Atividades de informática, atividade física, artes e cinema. A experiência foi positiva e vai-se repetir. Naturalmente teve um custo, foi gratuita para os alunos do escalão A do ASE, o escalão B e C tiveram custos diferenciados. -----

O Sr. Diretor do AEGP informou que as medidas apresentadas se encontram na página *online* do AEGP. -----

Foram referidas as carências/necessidades do AEGP, nomeadamente: residência para estudantes para desenvolver o ensino profissional; maior autonomia pedagógica e financeira; dificuldades a nível dos recursos humanos e materiais; e apoio jurídico - necessidade de apoio próprio e autónomo. -----

Para finalizar a sua intervenção, o Sr. Diretor do AEGP deu conta que têm uma Estrutura de Apoio à Inclusão, equipa multidisciplinar ao nível do agrupamento tendo como missão específica o acompanhamento, de tudo o que está relacionado com situações problemáticas e que participam, ainda, num estudo do Gabinete da Comissão Europeia da Inclusão para criação de um regime jurídico da Inclusão. -----

No Ponto Três, apresentação do trabalho da CPCJ, o Vereador Alexandre Varela, deu a palavra à Dr.^a Ana Boto, presidente da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Évora, para apresentação do trabalho desenvolvido. -----

A Dr.^a Ana Boto agradeceu o convite para estar presente no Conselho Municipal de Educação e pela oportunidade de partilhar as inquietações que assolam as comissárias da CPCJ de Évora, saudando os presentes, deu início à sua apresentação. -----

A Dr.^a Ana Boto informou que entre 1 de janeiro e 31 de outubro do corrente ano, foram comunicadas à CPCJ de Évora 268 situações de perigo e destas comunicações foram alvo de instauração 206 Processos de Promoção e Proteção. Do total de comunicações recebidas neste período, 162 correspondem a processos abertos pela primeira vez na CPCJ e 44 (23%) correspondem a reaberturas. Cerca de 60% destas comunicações são sobre violência: autoagressividade, violência entre adultos, violência entre crianças e jovens, violência entre adultos e jovens... violência! Às comunicações efetuadas desde o início do presente ano civil, acrescem os Processos de Promoção e Proteção que transitaram do ano anterior (2021), 118, o que perfaz um total de 324 processos intervencionados este ano, que ainda não terminou. Relativamente ao género, conclui-se que foram sinalizadas mais situações de crianças/jovens do sexo feminino, 112 (54%), do que do sexo masculino 94 (46%), contrariamente ao que se verificou em anos anteriores. Em relação ao escalão etário, destacam-se as crianças/jovens com idades compreendidas entre os 10-14 anos, com 58 sinalizações (28%), entre os 15-18 anos, com 48 sinalizações (23%). Resumindo, a maior prevalência de sinalizações observou-se na faixa etária compreendida entre os 10 e os 18 anos (52%), crianças/jovens que frequentam o 2.º e 3º ciclo e o ensino secundário. -----

As forças de segurança (PSP e GNR) comunicaram 50% das situações de perigo, apresentam o maior número de comunicações, os Agrupamentos de Escolas são responsáveis por 18% das comunicações e a crescer de ano para ano, 7% são sinalizações anónimas (pessoas que solicitam o anonimato/familiares e vizinhos). As entidades que mais sinalizam estão intrinsecamente relacionadas com as problemáticas identificadas (Violência Doméstica/Absentismo Escolar). A violência doméstica surge como a problemática mais evidenciada, com 41% de comunicações, a par da negligência - falta de supervisão e acompanhamento familiar com 23%, seguidas dos comportamentos graves e antissociais com 16% e do absentismo/abandono escolar com 13%. Os comportamentos graves e antissociais aparecem significativamente associados ao género masculino, sendo que se verificou um aumento bastante acentuado de comunicações desta problemática, bem como de prática de *bullying*, ofensa física, hostilização e ameaças. As comunicações com a problemática de violência doméstica mantêm-se com um número elevado. A agressividade verbal e física, as dificuldades de autocontrolo e a consequente passagem ao ato, baixa tolerância à frustração, são observáveis não só em adultos como também em crianças/jovens, com um total de comunicações de 58% (violência Doméstica, ofensa

física, hostilização e ameaças, *bullying* e comportamentos antissociais). Outros números preocupantes são 6 comunicações referentes a jovens com idades compreendidas entre os 12 e os 16 anos que tentaram o suicídio (alguns mais do que uma vez), analisadas à lupa, 4 destas comunicações decorrem de vivências de *bullying* que se tornaram insuportáveis para as vítimas! -----

A violência caracteriza-se pela ausência de controlo de impulsos, passagem imediata ao ato, agressividade extrema. Mau estar interno associado a emoções negativas, desequilíbrio entre a cognição e a emoção, falta de respeito pelo outro, resumindo: falta de empatia! Sabemos também que como danos imediatos a criança/jovem tem possibilidade de ter pesadelos repetitivos, ansiedade, raiva, sentimentos de culpa, medo do(a) agressor(a), fobias, queixas psicossomáticas, baixa autoestima isolamento social e estigmatização. Quanto aos danos tardios, maior incidência de transtornos psiquiátricos, dissociação afetiva, pensamentos evasivos, ideação suicida, ataques de pânico, cognição distorcida e sensação crónica de perigo. Por outro lado, qualquer criança/jovem entre os 12 e os 16 anos que pratique factos qualificados pela lei como crime, deve ser alvo de uma intervenção específica prevista e regulada pela Lei Tutelar Educativa, cujo objetivo é a educação para o direito e a sua inserção. -----

Exemplos de factos qualificados como crime em contexto escolar que devem ser comunicados ao Ministério Público: -----

- Insultar, ameaçar e humilhar colegas, professores ou funcionários; -----
- Difamar ou injuriar qualquer membro da comunidade educativa, ou incitar á violência ou ao ódio por causa da raça, cor, orientação sexual, identidade de género ou deficiência física ou psíquica; -----
- Agredir fisicamente colegas, professores ou funcionários com pontapés, socos, bofetadas, empurrões ou puxões de cabelo; -----
- Espalhar rumores, inventar mentiras, dizer mal através de telefonemas, SMS, redes sociais, e-mail, chat de colegas ou professores; -----
- Forçar atos de natureza sexual, exhibir conteúdos pornográficos e/ou partilhar conteúdos de cariz sexual da vítima, sem o sue consentimento; -----
- Criar falsos perfis em blogues e redes sociais para humilhar, ameaçar ou violar a privacidade de colega ou professores; -----
- Gravar conversas e/ou fotografar ou filmar, sem consentimento, colegas, professores ou outros elementos da comunidade educativa; -----

À luz de uma análise mais detalhada é possível aferir que a criança/jovem vítima de *bullying*, é vítima de mau trato físico e psico-emocional pelo que necessita de intervenção, da mesma forma que a criança/jovem agressora também necessita de intervenção, porque apresenta um enorme mau estar

psico-emocional que transborda na forma de violência contra terceiros. O grupo de pares que testemunha também carece de intervenção pelo impacto de muitas situações que acabam por envolver direta ou indiretamente a comunidade escolar mais próxima. Sabemos também que a situação pandémica, inesperada e impensável, agravou a complexidade do sistema social que vivenciamos, aumentou as fragilidades, vulnerabilidades e inseguranças. A pandemia agudizou a crise social e económica, potenciou a fragilidade das famílias e aumentaram as vulnerabilidades das nossas crianças/jovens. As queixas mais frequentes são os sintomas de ansiedade, medo, tristeza e irritabilidade. Observam-se alterações de comportamentos resultantes do uso excessivo de jogos online e de redes sociais, dependência de ecrã, alterações dos padrões de sono, isolamento social, com diminuição ou ausência de suporte social e aumento da perceção de sentimentos de solidão, diminuição de rotinas diárias saudáveis, sentimentos de incerteza perante o futuro, diminuição de partilha de emoções. -----

A Dr.ª Ana Boto informou que a CPCJ avançou com algumas propostas, nomeadamente: -----

1- Ações de Formação para não docentes em articulação com o IEFP e a autarquia sobre o Enquadramento Legal na proteção de Crianças e Jovens. A primeira ação decorreu em setembro/22 e contou com a presença de 26 assistentes operacionais e assistentes técnicos. Estão abertas inscrições para outra ação a decorrer na interrupção letiva do Natal e pretendem dar continuidade.

2- Ação de Formação dirigida a docentes, o processo de acreditação da ação foi concluído junto do Conselho científico-pedagógico da formação contínua de professores, e brevemente será partilhado o cronograma. A ação é promovida pela CPCJ e conta com a parceria do IEFP e do Sindicato Democrático dos Professores do Sul. -----

3- Desafiar os parceiros que desenvolvem sessões de *bullying* nas Escolas (PSP, GNR, IPDJ, Saúde Escolar, Polícia Judiciária e Agrupamentos de escolas/DGEstE) para organização de um grupo de trabalho que desenhe um modelo de prevenção do Bullying dirigido aos vários ciclos de educação e ensino para que o conhecimento dos serviços envolvidos seja partilhado e dinamizado em conjunto de forma a rentabilizar os recursos existentes. -----

4- Ao nível da saúde mental, têm sido efetuados encaminhamentos para a Resposta de Apoio Psicológico da Associação Ser Mulher que dá apoio psicológico às vítimas (mãe/pai) e às crianças/jovens que se considera essencial, tendo em conta as idades das crianças/jovens que são vítimas diretas ou indiretas da violência doméstica. -----

5- Foram redefinidos os circuitos de encaminhamento para consultas de psicologia e pedopsiquiatria com o Departamento de Psiquiatria e Saúde Mental de forma a acelerar o processo de intervenção, face às necessidades verificadas. -----

A presidente da CPCJ terminou a sua apresentação dizendo que fazemos todos parte do sistema educativo, da mesma forma que fazemos todos parte do sistema de proteção, somos educadores, mas acima de tudo somos o exemplo, o modelo a seguir. Os jovens precisam de um caminho, uma visão futura e uma promessa de um mundo melhor. Precisamos todos em conjunto de começar a refletir sobre as várias crises, reconhecer que existem problemas e criar condições para os mais jovens terem uma vida digna a bem da saúde mental de todos Nós! O mais importante é estarmos presentes e atentos às alterações comportamentais e emocionais das crianças e jovens: como pais, avós, amigos, vizinhos, professores, auxiliares de educação, médicos, forças de autoridade, toda a comunidade para que haja uma intervenção atempada, em caso de necessidade. De ressaltar que se comemora no dia 20 deste mês o trigésimo terceiro aniversário da Convenção sobre os Direitos da Criança. Todas as crianças importam, não podemos perder nenhuma! -----

Concluída a intervenção da Dr.^a Ana Boto, o Vereador Alexandre Varela questionou os presentes se teriam alguma questão. -----

Pediu a palavra a representante do ensino superior público, Dr.^a Sara Fernandes. Agradeceu a apresentação da Dr.^a Ana Boto referindo que os problemas não são novos e vai ao encontro das suas preocupações. Disse que também existem uma série de questões que são uma complementaridade dos problemas que existem, que tem a ver com a desregulação dos horários das famílias e as alterações sucessivas na Lei do Trabalho, que tem feito com que os pais tenham horários de trabalho completamente desadequados daquilo que é a vida familiar aconselhável para o equilíbrio de uma criança. A lógica do mercado de trabalho está feita no sentido de maior produtividade por parte dos progenitores, das pessoas em idade ativa, esquecendo e deixando totalmente desprotegidas as famílias e com isso as próprias crianças. Depois, a questão da intervenção precoce, por vezes falamos muito da família que já está com problemas e esquecemos uma série de outros projetos que poderiam ser desenvolvidos na pluralidade, importantíssimos no sentido da psicologia. É evidente que tem que ser feito um acompanhamento quando já há o problema mas temos que começar a pensar em termos de comunidade, como prevenir, que tipo de envolvimento se deve dar a estas crianças. Temos que começar a ver onde está o problema e não atuar só naquele pai ou filho mas sim em termos de comunidade. -----

O diretor do Agrupamento de Escolas Manuel Ferreira Patrício, Dr. Manuel Cabeça, deu os parabéns ao Eng.^o Fernando Farinha Martins e à Dr.^a Ana Boto pelas suas intervenções. Concordou em absoluto com a Dr.^a Ana Boto. Primeira referência feita foi que obviamente se saiu de uma pandemia que nos virou a vida do avesso. Segunda referência foi que isso alterou muito das relações especiais e inclusivas e até pedagógicas em sala de aula. A inflação e toda a crise económica e social que está instalada repercutem desde logo pelas escolas. Começou-se com os suplementos alimentares, com as refeições, com as faltas, com as folgas, com as licenças, um conjunto de circunstâncias que começam

manifestamente a desaguar e a bater à porta da escola. Tem sido uma nova realidade que as novas dinâmicas económicas e profissionais colocam às famílias novos desafios. É a realidade social, económica e cultural com que todos os dias nos confrontamos, mas não a conhecemos. Há efetivamente realidades que nos ultrapassam em qualquer uma das escolas e agrupamentos que fazem esta cidade e que trazem neste momento situações completamente diferentes daquelas a que estamos habituados. São as novas organizações sociais e familiares, são as novas famílias, são as novas relações parentais, em que antigamente ou havia contexto familiar ou havia vizinhos. Hoje não existem e dentro desta ordem de ideias, os pais vão pedir tudo às escolas. Temos aqui uma outra realidade, outra dinâmica da cidade, e que efetivamente acarreta uma maior responsabilidade destas redes, destes parceiros e organizações, em que nós precisamos pensar o que queremos entre as políticas educativas municipais. Precisamos de pensar entre todos, qual é a ação de cada uma das entidades em prol do coletivo e comum. -----

O representante do conselho pedagógico do Agrupamento de Escolas Severim de Faria, Dr. João Simas, informou que este ano o tema do Parlamento dos Jovens é a “Saúde Mental” e pensa que é uma boa oportunidade, visto que nas escolas de Évora tanto os alunos do 3.º CEB como do ensino secundário estão neste programa. Vão haver debates e inclusivamente vão pedir a deputados e pessoas de outras instituições para debater o tema. É um tema difícil de tratar porque há muita banalização dos conceitos. Referiu que podem ser tomadas medidas concretas para alguns debates que estão a decorrer ou começam a decorrer neste 1.º período e que se vão prolongar durante o ano, uma vez que este programa tem várias fases (fase escola, fase regional e sessão na Assembleia da República). É um programa do Ministério da Educação, Assembleia da República e IPDJ. Portanto, é aproveitar estas pequenas oportunidades para debater e encontrar procedimentos. -----

A representante dos Serviços de Emprego e Formação Profissional, Dr.ª Paula Caeiro, pediu a palavra para fazer um pequeno comentário. Existir uma necessidade que está identificada e aproveitar os recursos que existem no âmbito da parceria e porque não aproveitar a certificação profissional certificada que existe e que se faz muito bem. Isto é efetivamente potenciar os nossos recursos todos e articular a rede. -----

A representante dos serviços da Segurança Social, Dr.ª Amélia Vieira, pediu a palavra, começando por dizer que tinha a função de coordenar o Núcleo Local de Inserção do Rendimento Social de Inserção (RSI), no qual a educação desde 2015 até fevereiro de 2022 não participou, não contribuindo assim no âmbito das funções da legislação do RSI para a definição de projetos em que a educação é muito importante. Em fevereiro de 2022, a Sra. Diretora da DGEstE oficiou o Instituto da Segurança Social dizendo que finalmente a educação queria estar presente no Núcleo Local de Inserção. E esteve de facto até julho de 2022, mas desde o final de julho que não está presente de novo e, quer para resgatar os adultos, quer as crianças, faz todo o sentido que a educação esteja representada no NLI. -----

A representante da Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares - Direção de Serviços da Região do Alentejo, Dr.ª Maria João Charrua, solicitou ao Agrupamento de Escolas Severim de Faria que é o representante da educação no NLI, que continuasse para não haver esta lacuna. -----

No Ponto Quatro, PEL - Projeto Educativo Local: conhecimento dos projetos e ações educativas municipais em curso referente, a chefe de Divisão de Educação e Intervenção Social da Autarquia, Dr.ª Helena Ferro, fez uma breve apresentação do trabalho realizado pelo Município. Começou por mostrar aos conselheiros o caderno sobre a Oferta Educativa 2022/2023, educação não formal, dizendo que o caderno era muito dirigido às escolas, mas que um Projeto Educativo Local tem um espetro muito mais amplo, tem que pensar nos habitantes da sua cidade. Deu conta do que se fez até ao momento, houve uma fase de diagnóstico em que se ouviram as diferentes instituições, realizaram-se 36 reuniões e que se está a ouvir as Juntas e Uniãos de Freguesia. A auscultação começou nos agrupamentos de escolas para se perceber onde é que estamos, que fragilidades temos no nosso território, que ideias e propostas é que temos. Da auscultação realizada até ao momento tiraram-se algumas conclusões: -----

- Claramente todos dizem que conhecemos mal o nosso território. As pessoas precisam de se deslocar a diferentes locais no concelho, conhecer pessoas, sentir cheiros e sabores e perceberem o que a identidade do nosso concelho, que não é só a cidade, não é só património, é também um conjunto de inter-relações que precisam de um cuidado especial. -----

- Muitas pessoas disseram que queriam fazer parte do problema e queriam fazer parte da solução, que podem ter oferta para partilhar com todos e não só dentro das próprias organizações. -----

- É necessário desenvolver ações no espaço público, porque o espaço público é das pessoas. Deve-se pensar como fazer acontecer, viver e sentir o espaço público. -----

- É fundamental a participação das crianças, dos jovens, dos idosos, temos de dar voz às pessoas, temos que os ouvir e perceber. -----

A chefe de Divisão de Educação e Intervenção Social da Autarquia, Dr.ª Helena Ferro, referiu que o PEL é parte integrante da Carta Educativa. A Carta Educativa contém as questões do planeamento, de rede, do parque escolar, mas descreve igualmente estratégias que contribuem para o sucesso educativo e para a promoção do desenvolvimento das crianças e jovens do território. O PEL tem uma clara intencionalidade educadora mais avassaladora que ultrapassa a própria Carta Educativa, que é chegar ao Habitante. -----

A Chefe de Divisão, referiu ainda que este conselho será chamado a participar na discussão e posterior aprovação da carta educativa, prevendo-se reuniões extraordinárias para este fim. -----

A intervenção terminou com a entrega do caderno da Oferta Educativa municipal e com a passagem de um vídeo sobre Projeto Educativo Local. -----

O Vereador Alexandre Varela, informou que no próximo dia 30 de novembro vai realizar-se o "Encontro Cidades Educadoras" no Palácio D. Manuel, convidando todos os presentes a participar. -----

O Vereador Alexandre Varela deu continuidade à ordem de trabalhos, passando para o Ponto Cinco, Intervenções no Parque Escolar, dando a conhecer as intervenções de manutenção no parque escolar, por adjudicação direta e empreitadas, que o município tem vindo a realizar em 2021/2022 nos quatro agrupamentos de escolas do concelho, bem com as empreitadas que estão a decorrer ou a iniciar brevemente e quais as empreitadas/projetos previstos. Informou que foram investidos no Parque Escolar, em 2021, um total de 701.178,12€, dos quais 146.563,49€ foram em administração direta e aquisições e 554.614,63€ (acrescido do IVA a 6%) em empreitadas, referindo que uma parte substancial do investimento foi feito com recurso a fundos comunitários. Referiu, ainda, que as intervenções são realizadas de acordo com um conjunto de critérios, desde logo as necessidades colocadas pelos agrupamentos, pelo processo de acompanhamento que os serviços técnicos do município fazem às escolas e, obviamente, também pelas oportunidades de financiamento que acabam por determinar ou não a possibilidade de se avançar com algum tipo de empreitada mais volumosa. --

Passando ao Ponto Seis, ponto de situação da Comissão Técnica de Acompanhamento da Transferência de Competências, o Vereador Alexandre Varela referiu que dia 1 de abril de 2022, o município assumiu competências alargadas na área da educação e desde essa altura a Comissão de Acompanhamento tem vindo a reunir no sentido de aferir as necessidades nas escolas, ao nível dos recursos humanos, edificado e logísticos. Desde o início, foi objetivo do município, agrupamentos de escolas e DGEstE causar a menor turbulência possível no normal funcionamento dos Estabelecimentos de Educação e Ensino. O processo tem decorrido de forma favorável e positiva, sendo evidente que é necessário proceder a alguns ajustes. O município decidiu delegar um conjunto alargado de competências que tinham sido transferidas para o município nos diretores de agrupamento, garantindo a autonomia dos Agrupamentos. No momento, está a ser preparada a nova delegação de competências. Pretende-se falar com os diretores dos agrupamentos sobre o assunto, de forma a se poder corresponder aos anseios e de se colocar o equilíbrio no sistema. O Vereador Alexandre Varela convidou os diretores de agrupamento e a DGEstE a prestar alguma declaração no sentido de esclarecer o Conselho Municipal de Educação. -----

A representante da Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares - Direção de Serviços da Região do Alentejo, Dr.^a Maria João Charrua, mostrou-se disponível para esclarecer alguma questão, se a houvesse. -----

O diretor do Agrupamento de Escolas Manuel Ferreira Patrício, Dr. Manuel Cabeça, pediu o uso da palavra. Começou por partilhar uma preocupação que é o acrescentar de trabalho, não querendo chamar-lhe burocracia, nas situações normais que partem do município e das entidades inter-relacionais. O trabalho acrescido significativo e para o qual todos procuram ainda sentido, propósito,

objetivos e inclusive até uma resposta mais adequada e mais certa. Referiu preocupação relativamente a carência de assistentes operacionais: cumpre-se os rácios, mas o absentismo e a dificuldade de substituição acarretam manifestas dificuldades de gestão quotidiana a alguns agrupamentos. Acrescentou ainda duas situações ao processo de transferência de competências, por um lado, precisamos pensar formas de responder a estas novas solicitações e regras e, por outro, precisamos de equacionar as respostas de proximidade que deveriam ser mais adequadas, mais flexíveis e mais diretas. -----

O Vereador Alexandre Varela disse que é uma questão que se reveste também por vezes de um grau de imprevisibilidade, nomeadamente a questão do pessoal não docente. O Município de Évora, bem como outros municípios, teve a oportunidade de falar com o Sr. Ministro da Educação e com o Sr. Secretário de Estado no sentido de resolver algumas insuficiências que temos, quer ao nível dos rácios do pessoal não docente, quer também ao nível das transferências de verbas. Verificou-se uma convergência progressiva a este nível desde o final do ano letivo, ainda falta chegarmos a algum equilíbrio, que se considera fundamental, sendo certo que não há ainda uma ideia clara como vão ser resolvidas algumas questões relacionadas com os rácios, transporte escolar inclusivo e outras situações. -----

O Vereador Alexandre Varela informou que o Município de Évora foi instado pela Associação Nacional de Municípios a pronunciar-se sobre os rácios e foi feita uma informação à Associação Nacional de Municípios precisamente com as preocupações do Município de Évora e que também são a preocupação de todos enquanto agentes educativos, designadamente a questão do pessoal não docente. -----

A representante dos serviços públicos de saúde, Enf.^a Rosa Silvério, pediu o uso da palavra para dizer que não são só as crianças com necessidades educativas especiais que necessitam de apoios supletivos, são também as necessidades de saúde especiais. As crianças e adolescentes com diabetes, epilepsias e outros tipos de situações necessitam de supervisão acrescida. Falou também das situações crescentes das alergias alimentares, que é uma situação que vai piorar nos próximos tempos e que acarreta complicações e grandes constrangimentos ao nível da confeção de refeições e necessita de maior supervisão por parte das assistentes operacionais. -----

A chefe de Divisão de Educação e Intervenção Social da Autarquia, Dr.^a Helena Ferro, informou que também foi feito esse reporte à Associação Nacional de Municípios. -----

Passando ao Ponto sete, o Vereador Alexandre Varela deu a palavra à DGEstE para prestar informação sobre o Funcionamento do Sistema Educativo. A representante da Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares - Direção de Serviços da Região do Alentejo, Dr.^a Maria João Charrua, comunicou que na presente data não conseguem ter os dados todos sobre o ano letivo 2022/2023 e que, ainda, se encontram a recolher informação por este ser o momento certo para recolher uma

determinada natureza de dados. Quando tiverem toda a informação, produzem um documento que enviarão à Autarquia, que depois distribuirá junto de todos os conselheiros. -----

A Dr.^a Maria João Charrua, passou a palavra ao Dr. Gazimba Simão, da Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares - Direção de Serviços da Região do Alentejo, que de forma muito breve apresentou alguns dados estatísticos que dispunham, reforçando que a informação estatística sobre o presente ano letivo referente ao concelho de Évora ainda não está completa. -----

Por último, no Ponto Oito, Outros Assuntos, o Vereador Alexandre Varela questionou os conselheiros e as conselheiras se queriam colocar alguma questão que não estivesse na ordem de trabalhos. -----

A representante do ensino superior público, Dr.^a Sara Fernandes, pediu a palavra para dois assuntos. O primeiro relacionado com um pedido da Escola de Ciências e Tecnologia da Universidade de Évora que enviou um convite para todos os diretores de todos os agrupamentos para participação no dia da escola da Ciência e Tecnologia a realizar no dia 19 de abril de 2023 e que até ao presente ninguém respondeu. O email foi enviado no dia 20 de outubro. Solicitou que respondessem a fim de se poder fazer um trabalho conjunto interessante. O segundo assunto relacionado com a comunicação da Autarquia com o exterior. Consultou a página *online* da Autarquia sobre o Conselho Municipal de Educação e verificou que não estava atualizada. Solicitou a sua atualização. -----

A representante da CCDR Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo, a Dr.^a Carla Lázaro, em substituição da Dr.^a Maria Teresa Godinho, pediu a palavra para dois assuntos. O primeiro, está relacionado com a transferência de competências para os municípios, processo que na sua maioria está a levar à concretização de estudos que estão a ser desenvolvidos por cada CIM do Alentejo, para a respetiva área de abrangência territorial. Estes estudos estão inseridos em 2 Projetos: Rede para o acesso aos Serviços de Interesse Geral e Rede para a Promoção da Qualificação e conhecimento do Alentejo, em que a CCDR Alentejo é líder e tem como parceiros as CIM's do Alentejo, a Universidade de Évora o PACT, a ADRA e o IPAV. O segundo assunto e no contexto da temática da habitação informou os presentes que está disponível no site da CCDR Alentejo um estudo elaborado pela OCDE, solicitado pela CCDRA - Provisão de serviços de interesse geral em territórios de baixa densidade com o foco na Educação, em que uma das recomendações que vem espelhada é a necessidade de disponibilização de habitação para alunos e professores. Mais, informou que este estudo, com outras recomendações de muito interesse, está disponível para acesso de todos, na página da CCDRA. -----

Nada mais havendo a tratar, deu-se por concluída a reunião, da qual se lavrou a presente ata. -----

Da presente ata faz parte integrante a Lista de Presenças, em anexo. -----

Évora, oito de novembro de dois mil e vinte e dois.